

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

10º Boletim de Acompanhamento

14 de agosto de 2020

Nesta semana será divulgado o décimo boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Da Audiência

No dia 13 de agosto, a Comissão Mista realizou audiência pública para debater a logística de distribuição aos Estados de medicamentos e testes para o enfrentamento da pandemia. Participaram dessa reunião o Senhor Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde, e sua assessoria.

Inicialmente foram abordados os recursos disponibilizados. Além dos 140 bilhões de reais destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) desde o início da pandemia, foram liberados mais cerca de 40 bilhões. O Senhor Eduardo Pazuello mencionou algumas das entregas do Ministério da Saúde, como mais de dez mil ventiladores para todo o Brasil, habilitação de mais de 11.800 leitos de UTI, aquisição de 241 milhões de equipamentos de proteção individual. Relatou também que o Ministério da Saúde tem investido na formação e capacitação dos profissionais de saúde. Ademais, em sua fala, o Ministro da Saúde elogiou o sistema de vigilância epidemiológica que é apoiado pela capilaridade do SUS em todo o território nacional. Considerou que a quantidade de casos recuperados é reflexo do acerto das ações do governo brasileiro. Reforçou também a nova orientação do Ministério da Saúde: todos que tiverem sintomas gripais devem procurar imediatamente os serviços de saúde para que as internações possam ser minimizadas. O Ministro também fez menção ao acordo de 100 milhões de doses da vacina da AstraZeneca que também prevê a transferência de tecnologia para a produção da vacina no Brasil. Ponderou que *“ninguém está seguro até que todos estejam seguros”*.

Durante sua apresentação, quando o Ministro da Saúde retomou o aspecto orçamentário, relatou que dos quase 140 bilhões de reais destinados pela Lei Orçamentária Anual de 2020 para o Ministério da Saúde, já foram empenhados 91 bilhões, ou seja mais de 70%. Nesse contexto, demonstrou preocupação por estarmos ainda em agosto e ainda termos todo um semestre pela frente. Com relação aos R\$ 41,7 bilhões em créditos extraordinários para enfrentamento da Covid-19, já foram empenhados R\$ 26,6 bilhões. O Ministro também mencionou que o saldo em conta dos fundos municipais e estaduais de saúde oriundo de repasses federais é de R\$ 25,2

bilhões, dos quais R\$ 8,1 bilhões na esfera estadual e R\$ 17,1 bilhões na esfera municipal.

Quanto aos medicamentos gerais, o Senhor Eduardo Pazuello relatou que o Ministério distribuiu quase 20 milhões de unidades. Já com relação à cloroquina, foi enfatizado que só são atendidas demandas. Não há distribuição de cloroquina sem demanda. Durante o período de 27 de março a 11 de agosto, o Ministério distribuiu 5 milhões de unidades desse medicamento. Mesmo assim, mencionou que o Ministério não consegue atender nem 50% da demanda, e mais uma vez enfatizou que só atendem às demandas. Quanto ao Tamiflu, utilizado para Influenza, foram distribuídos no país 14 milhões e meio de unidades no período de 20 de janeiro a 11 de agosto.

Com relação aos medicamentos para intubação, o Senhor Eduardo Pazuello relatou que o Ministério da Saúde não realizava anteriormente esse tipo de compra, a qual ficava a cargo de Estados e Municípios. Diante da situação de falta desses medicamentos, precisaram estruturar esse tipo de trabalho durante a pandemia. O Ministro ponderou que quando há falta, alguns podem comprar mais e o mercado fica instável, e o medicamento sobra em alguns lugares e falta em outros. Nesse contexto, uma das medidas tomadas foram duas requisições administrativas direto das empresas produtoras sobre estoques não vendidos, e então fizeram uma logística de distribuição. Relatou que o Ministério distribuiu 3,4 milhões de unidades para evitar a falta dos medicamentos que compõem o kit intubação. Além disso, o Ministro informou que fizeram aquisições internacionais junto à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Uruguai e União Europeia. De acordo com o Senhor Eduardo Pazuello, em quinze dias toda a compra realizada já estará entregue. Além disso, fizeram acordos envolvendo instituições privadas que cederam alguns medicamentos que também foram redistribuídos para Estados e Municípios. Outro aspecto abordado foi a condução recente de um processo de pregão eletrônico para cerca de 20 medicamentos. Foramincluídas todas as secretarias de estado e principais capitais. Esse pregão foi recentemente homologado, e assim cada estadopoderá fazer sua compra direto na ata já com preço dentro da tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos). Um aspecto importante é que a partir do processo licitatório é sabido quem são os fabricantes e o tamanho do estoque. Assim, se houver novas requisições, considerou ser um dado importante para o Ministério da Saúde já dispor dessas informações.

Quanto ao diagnóstico da Covid-19, o Senhor Eduardo Pazuello abordou a nova estratégia adotada pelo Ministério da Saúde. Ponderou que o médico é o profissional de saúde responsável pelo diagnóstico. Esse diagnóstico é embasado em condição clínica, epidemiologia, dados laboratoriais, dados de exames de imagem. Considerou que o teste para diagnóstico só é viável se o paciente estiver sendo acompanhado por um médico. Assim, é possível evitar que o teste seja feito em momento errado e o resultado não corresponda com a real situação clínica do paciente. Paralelamente a essa nova orientação de diagnóstico, foi desenvolvida uma nova estratégia de testagem, baseada no teste molecular, RT-PCR, e nos testes sorológicos. Nesse momento, para melhor abordar a questão do processamento das amostras, o Ministro passou a palavra para a Senhora Andrezza Serpa Franco, Assessora da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Em sua apresentação, a Senhora Andrezza abordou a nova orientação para que já no início dos sintomas, o paciente procure um serviço de saúde. O médico fará a análise da necessidade de realizar o teste e decidirá qual teste é indicado para o diagnóstico. Então o paciente receberá a requisição para fazê-lo. Essa requisição de

exame é registrada no Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL). O Lacen, ao receber a amostra, também faz cadastramento no sistema GAL, e ao final inclui o resultado nesse sistema. A Senhora Andrezza também mencionou a existência de uma rede auxiliar que são as plataformas de alta testagem, que é utilizada quando a capacidade do Lacen está esgotada. O transporte da amostra é então feito por uma empresa especializada contratada pelo Ministério da Saúde.

O Senhor Eduardo Pazuello também relatou que já distribuíram 13,3 milhões de testes para os Estados. Até o momento foram enviados 5,4 milhões de testes RT-PCR e 7,9 milhões de testes rápidos. Mencionou também que, considerando a rede pública e a rede privada de saúde, já foram realizados no Brasil quase 4 milhões de testes RT-PCR e 5 milhões e meio de testes sorológicos, ou seja, um total de quase 10 milhões de testes realizados. O Ministro relatou que a meta é testar 46,5 milhões de pessoas, o que representa 22% da população do país. Trata-se do Programa Diagnosticar para Cuidar. Serão 24,5 milhões de testes moleculares e 22 milhões de testes sorológicos. Ademais, o Ministro ponderou que inicialmente a capacidade existente de processamento dos exames nos Lacsens era de 28.000 exames por dia. Atualmente, a capacidade está em 47.170 exames por dia, contando com as plataformas da Fiocruz, Dasa, Curitiba e Fortaleza que será inaugurada na próxima semana. A meta é que daqui 30 a 60 dias somando-se a capacidade do Lacen e das plataformas de ampliação, seja possível a realização de 115.000 exames por dia. Ao final de sua apresentação, informou que todos os dados estão disponíveis na plataforma LocalizaSUS (<http://localizasus.saude.gov.br>).

1. Sub-Relatoria do Sistema Financeiro e de Crédito

1.1 Comentários da semana

Conforme observamos no relatório da semana passada, o Senador Esperidião Amin realizou diligências junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) sobre a operacionalização do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), criado pela Medida Provisória (MPV) nº 992, de 2020, que dispõe sobre o financiamento às microempresas e empresas de pequeno porte, crédito presumido e compartilhamento de alienação fiduciária. A medida possui potencial de conceder empréstimos de até R\$ 120 bilhões para empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões ao ano, segundo o Bacen.

A pedido do Senador Esperidião Amin, foi realizada reunião técnica com o Banco Central do Brasil para discutir essa MPV, cobrando sua operacionalização, bem como aprimoramentos. Na reunião, o Banco Central defendeu que o maior incentivo aos bancos oferecerem crédito no âmbito do CGPE, com carência mínima para início de pagamento de 6 meses e prazo de pagamento mínimo de 36 meses, estará na melhora da estrutura de capital dessas instituições, já que o reconhecimento desses créditos tributários em seus balanços elevará o capital de referência dessas instituições, permitindo melhorar seus indicadores de solvência e alavancagem.

Segundo o Bacen, há um estoque desses créditos tributários na ordem de R\$ 127 bilhões, e a Receita Federal costuma demorar cerca de 3 anos para reconhecê-los. Tais créditos são contabilizados como ativo das instituições financeiras, mas, devido a normas internacionais de regulação prudencial adotadas pelo Banco Central brasileiro, não são contabilizados como parte do capital de referência, indicador para o cálculo dos limites de alavancagem das instituições financeiras. A medida provisória, ao facilitar e agilizar o reconhecimento desses créditos, permite que eles sejam contabilizados como capital de referência, o que melhorará os indicadores de alavancagem e solvência das instituições financeiras que operarem no CGPE.

Em relação aos bancos oficiais, o estoque desses créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias são: Banco do Brasil – R\$ 18 bilhões; Caixa Econômica Federal R\$ 21 bilhões e os demais R\$ 0,8 bilhões.

O Bacen argumenta que já existem instituições financeiras que estão adequando linhas de crédito para operacionalizar o CGPE, ou seja, já estão fazendo operações de crédito novas com as condições estabelecidas pelo programa para alcançar os benefícios relativos ao crédito presumido.

A MPV pode ser aprimorada dando tratamento diferenciado aos microempreendedores e microempresas no âmbito do CGPE. As instituições que vão aderir ao CGPE são o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander. Outras instituições estão avaliando a adesão ao Programa.

1.2 Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 30ª semana de 2020, ou seja, da primeira semana útil de 2020 até a semana de 20 de julho a 24 de julho, foram liberados R\$ 922,4 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 769,5 bilhões, o que corresponde a um aumento de 19,9%. Para as pessoas físicas, até a 30ª semana de 2020, foram

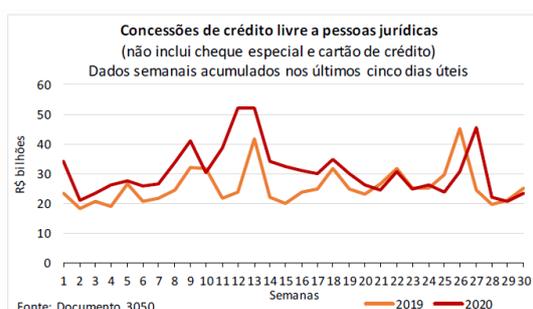
liberados R\$ 411,2 bilhões, ante R\$ 379,5 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 8,4%¹.

Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 30ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.333,6 bilhão, ante R\$ 1.149,0 bilhão em 2019. Um aumento de 16,1%.

Estes números sugerem que as políticas implementadas pelo Banco Central têm surtido efeito positivo sobre mercado de crédito. Em momentos de crise o crédito tende a se contrair, prejudicando as empresas que procuram recursos para continuarem suas operações. O crescimento do crédito neste período de crise demonstra que as medidas adotadas até o momento conseguiram destravar o mercado de crédito.

Concessões semanais PJ

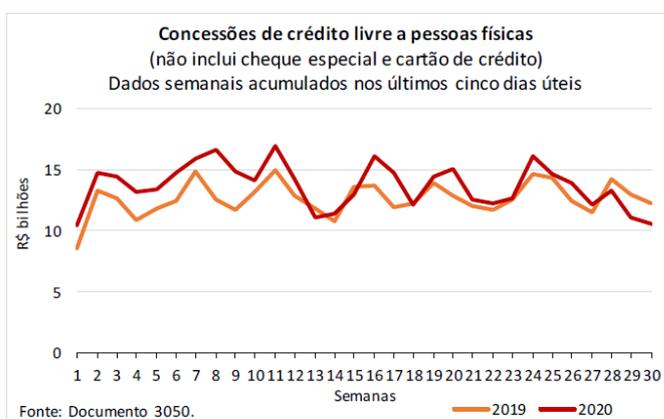
Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9
29	21,1	20,5
30	25,0	23,5



¹ Atualizado até 12 de agosto de 2020. (www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19).

Concessões semanais PF

Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1
30	12,2	10,6



1.3 Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Dados acumulados de 16/03 a 31/07/2020

Conglomerados	Novas contratações				Renovações				Prorrogações à luz das novas normas		
	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Contratos	Valor das Operações	Valor Parcelas
S1	280.552	63.113	80.388	202.125	91.385	38.231	36.067	112.724	11.297.409	567.392	76.112
S2	53.031	12.450	2.038	21.379	4.805	472	104	232	1.143.258	153.542	11.191
S3	50.028	18.924	4.193	31.961	13.829	2.693	1.314	7.242	224.510	22.875	7.529
S4	13.718	11.116	2.622	7.658	1.922	3.539	221	4.806	168.256	12.281	4.014
Cooperativas	2.241	13.957	19.026	32.348	666	2.354	2.530	3.492	800.143	30.389	5.503
Totais	399.570	119.560	108.267	295.470	112.607	47.290	40.236	128.496	13.633.576	786.478	104.350

(1) PF refere-se aos produtos: Consignado, Veículos, Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito Rural.

Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais.

O Portal do Empreendedor do Governo apresenta o quanto foi emprestado nos diversos programas emergenciais para prover crédito subsidiado durante a pandemia. (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/credito>)

BNDES/FGI (até 11/08)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
8.476.900.000,00	8.229

BNDES/Giro (até 09/08)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
2.423.800.000,00	16.768

FAMPE/SEBRAE (até 07/08)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
1.996.860.978,74	26.025

Ao contrário dos programas do BNDES e do Fampe, o Programa Nacional de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Pronampe) e o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) são programas de crédito com recursos adicionais do Tesouro Nacional. Os programas são precipuamente direcionados para micros e pequenas empresas ou empresas de médio porte de até R\$ 10 milhões, como é o caso do PESE, ou de até R\$ 300 milhões, como é o caso do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) do BNDES FGI.

PRONAMPE/FGO (até 11/08)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
18.697.937.943,81	217.884

PESE (até 30/06)

Faixa de número de empregados	Número de Empresas	Número de Empregados	Valor Financiado (R\$)
de 0 a 9	50.283	272.734	640.731.933,87
de 10 a 29	46.355	769.991	1.802.936.376,29
de 30 a 59	12.272	494.676	1.129.137.180,72
de 60 a 99	3.178	237.462	517.551.315,22
acima de 100	1.295	207.670	438.482.252,31
Total Geral	113.383	1.982.533	4.528.839.058,41

* Posição de 30/06/2020.

Informações detalhadas podem ser obtidas em <https://www.bcb.gov.br/app/pese/>.

O BNDES enviou à Comissão as ações emergenciais com os potenciais previstos e os valores realizados até 03/08 que seguem abaixo. Algumas ações como o das cadeias produtivas ainda não têm nenhum recurso emprestado.

Classificação: Ostensiva - Restrição de acesso: Não há - Unidades Gestoras: AP/DEPLAN e AGOV/DEALEG

Acompanhamento das ações emergenciais // Resumo geral do desempenho



Bloco	Ação	Potencial Inicial (R\$ Milhões)	Potencial Revisado (R\$ Milhões)	Realizado (Aprovado) (R\$ Milhões)	% (Realizado / Potencial)	Clientes	Agentes Financeiros	Empregados nas empresas apoiadas	Lançado em	Previsto até
MPME e Pessoas Físicas	Capital de Giro para MPMEs	5.000	10.000	6.072	121%	18.472	30	452.156	23/mar	30/set
	Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE	40.000	8.500	4.611	54%	114.013	10	1.941.399	20/abr	30/jun
	FGI Emergencial - PEAC - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito	20.000	20.000	3.986	20%	2.718	0	N/D	30/jun	31/dez
	Standstill para operações indiretas automáticas	8.100	3.500	3.133	90%	28.416	47	1.816.202	31/mar	21/set
	Transferência PIS/PASEP para FGTS	20.000	20.000	20.000	100%	N/A	N/A	N/A	31/mai	31/mai
Setor de Saúde	Programa Emergencial para o Setor de Saúde	2.000	1.000	293	29%	11	N/A	N/A	13/abr	30/set
	Matchfunding Salvando Vidas	100	100	35	35%	N/A	N/A	N/A	30/abr	31/jul
	Crédito Direto Emergencial Saúde	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11/jun	30/set
Grandes Empresas	Standstill para operações indiretas não-automáticas	2.500	1.290	1.263	98%	62	N/D	68.781	07/abr	30/jun
	Standstill para operações diretas - setor privado	18.900	9.150	7.833	86%	430	N/A	438.152	29/mar	30/jun
	CDE - Crédito Direto Emergencial (exceto saúde)	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	11/jun	30/set
	CCP - Crédito Cadeias Produtivas	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11/jun	30/set
	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	04/jun	30/set
Setor Público	Standstill para setor público	4.500	3.900	3.300	85%	56	N/A	N/A	17/jun	31/dez
	Saldo a Liberar - Estados	500	455	100	22%	4	N/A	N/A	17/jun	31/dez
Total		131.600	87.895	50.625	58%	164.122		4.716.690		

De acordo com o Portal do Empreendedor, dados revisados, até 13/08, os programas emergenciais emprestaram R\$ 36,12 bilhões, com 384.488 mil contratos efetivados.

2. Sub-Relatoria do Ministério da Saúde.

2.1. DADOS CONSOLIDADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

No dia 4 de agosto de 2020, o número de casos confirmados da COVID-19 no Brasil era de 2.801.921. Nessa mesma data, foram registrados 95.819 óbitos decorrentes da pandemia do novo coronavírus. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 45,6.

No dia 11 de agosto de 2020, o Ministério da Saúde registrou 3.109.630 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 103.026 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 49.

Importante ressaltar que o Ministério da Saúde informou, em 11 de agosto de 2020, que o Brasil registra 2.243.124 casos de pessoas recuperadas.

2.2. INFORMAÇÕES DIVULGADAS PELA IMPRENSA:

Segundo dados de 11 de agosto de 2020, a imprensa noticiou [103.099 mortes](#) e 3.112.393 casos confirmados de COVID – 19.

O novo coronavírus subiu nos seguintes Estados: SC, MG, MS, AM, AP, TO e BA. Manteve-se estável no: PR, RS, ES, SP, DF, GO, MT, PA, PE e PI. E, por fim, caiu no: RJ, AC, RO, RR, AL, CE, MA, PB, RN e SE.

2.2.1. Cenário de 6 a 13 de agosto de 2020:

Na última semana, conforme divulgado em 12 de agosto pelo Ministério da Saúde, 8 Estados registraram alta no número de mortes por covid-19, em relação à semana anterior. Os registros se deram no Amapá (136%), Pará (98%), Minas Gerais (29%), Amazonas (26%), Ceará (14%), Pernambuco (8%), Tocantins (8%) e Mato Grosso do Sul (6%). Em 12 deles houve diminuição das mortes. Sete Estados têm uma tendência de estabilização com relação às mortes por covid-19. Em relação ao número de novos casos, ao menos 6 Estados tiveram crescimento no número de casos na última semana, entre eles: Pará, Amapá e Tocantins².

2.2.2. Congresso Nacional decreta luto pelos 100 mil brasileiros mortos por covid-19:

Em 8 de agosto de 2020, o Brasil atingiu o triste registro de mais de 100 mil 477 mortes por COVID-19. O Congresso Nacional decretou luto oficial de quatro dias em solidariedade a todos os brasileiros afetados pela pandemia e às vítimas desta tragédia.

Durante esse período, a Bandeira Nacional e a do Mercosul em frente ao Congresso permaneceram hasteadas em funeral, a meio-mastro. Câmara e Senado só retomaram as sessões remotas na quarta-feira (12). Enquanto durou o luto, ficaram proibidas celebrações, comemorações ou festividades.

2.2.3. ANS determina inclusão de teste sorológico no Rol de Procedimentos:

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu incorporar de forma extraordinária ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde o teste sorológico para

²<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,na-ultima-semana-8-estados-registraram-alta-no-numero-de-mortes-por-covid-19-no-pais,70003397513>

detectar a presença de anticorpos produzidos pelo organismo após exposição ao novo Coronavírus. A decisão da Diretoria Colegiada, de 13 de agosto de 2020, foi tomada após a ANS concluir análise técnica das evidências científicas disponíveis e promover amplo debate sobre o tema com o setor regulado e a sociedade³.

Segundo noticiado pela ANS, a medida passa a valer a partir de 14 de agosto, com a publicação da Resolução Normativa no Diário Oficial da União.

2.3. ATIVIDADES IMPORTANTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

2.3.1. Ministério da Saúde envia ajuda ao Líbano

O Ministério da Saúde, em ato precursor, enviará quatro toneladas de medicamentos e insumos básicos de saúde, como ajuda humanitária ao Líbano. Antibióticos, corticoides, analgésicos e insumos como ataduras, seringas e cateteres e mais 100 mil máscaras cirúrgicas e 300 ventiladores pulmonares mecânicos estão garantidos para a missão. Além disso, o governo do Brasil oferecerá reforço para o atendimento das vítimas, por meio de 16 médicos, entre ortopedistas e anestesistas. A missão foi uma decisão do Presidente da República, Jair Bolsonaro, para o envio de ajuda humanitária ao país atingido por explosões no último dia 4 de agosto, em Beirute.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47339-ministerio-da-saude-envia-ajuda-ao-libano>

2.3.2. Saúde reforça assistência a indígenas durante pandemia do coronavírus

O governo do Brasil tem garantido assistência aos mais de 750 mil indígenas brasileiros aldeados durante a pandemia da Covid-19. Dessa forma, foram realizadas ações de informação, prevenção e combate ao coronavírus, orientando comunidades indígenas, gestores e colaboradores em todo o Brasil. São mais de 6 mil aldeias de 305 etnias espalhadas pelo país.

Até o momento, cerca de 1 milhão de itens entre Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), insumos e medicamentos foram enviados aos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Foram distribuídos máscaras cirúrgicas e N95, luvas, aventais de proteção, toucas, frascos de álcool em gel, e testes rápidos para Covid-19. Para que a entrega fosse possível, o Ministério da Saúde já investiu mais de R\$ 70 milhões em ações específicas para o enfrentamento da Covid-19, incluindo compras realizadas pelos DSEI.

“Estamos trabalhando firme para atender toda a população indígena neste momento com assistência de qualidade, revendo procedimentos, melhorando as questões de saneamento e atendimento à saúde básica de cada indígena brasileiro. Mesmo antes da decretação de pandemia, nós da SESAI já estávamos atuando por reconhecer a fragilidade, a história e o perfil epidemiológico dos povos indígenas. A conduta precoce é a melhor ação, portanto, qualquer indígena que apresentar sintomas, deve procurar o serviço de saúde mais próximo para receber atendimento médico”, reforçou o secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Robson Santos da Silva.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47328-saude-reforca-assistencia-a-indigenas-durante-pandemia-do-coronavirus>

³<http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19/coronavirus-todas-as-noticias/5872-covid-19-ans-finaliza-analise-tecnica-e-determina-inclusao-de-teste-sorologico-no-rol-de-procedimentos>

2.4. PROPOSTAS

Destaca-se a apresentação do Projeto de Lei nº 4.171/2020 de autoria do Deputado Federal General Peternelli, do Deputado Federal Francisco Jr. e outros. A proposição objetiva conferir maior transparência no acompanhamento dos repasses federais aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, criando o SIAFI Nacional.

Ressalta-se, também, a presteza do Ministério da Saúde ao responder o OFÍCIO Nº 023/2020/CN-COVID19, listando os contratos firmados para o enfrentamento do COVID-19.

2.4.1. Acompanhamento da Reformulação do Plano para proteção dos povos indígenas:

O Diretor Rodrigo dos Santos Santana, do Departamento de Determinantes Ambientais da Saúde Indígena (DEAMB), afirmou em audiência realizada nesta Comissão, em 06 de agosto de 2020, que o Governo Federal vai reformular o Plano para enfrentamento e monitoramento da covid-19 entre os indígenas para posterior homologação do Ministro Barroso e dos Ministros do STF, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n.º 709⁴. Propõe-se a continuidade do monitoramento dessa importante atuação em defesa dos povos indígenas.

2.4.2. Ampliar a transparência relativa à taxa de ocupação de leitos de UTI:

Apesar da abertura de novos leitos de UTI no país – foram habilitados mais de 11,8 mil leitos de UTIs, após o reconhecimento do estado de calamidade pública – o número de judicialização por vagas em leitos ainda existe nas diversas unidades da federação. A título de exemplo, de acordo com a Defensoria Pública do DF, no mês de julho o Distrito Federal registrou 85 pedidos judiciais por leitos de UTI, número maior em comparação com o mesmo período nos últimos três anos⁵.

A consolidação diária das informações, em pareceria com todas as esferas de gestão, quanto ao número de leitos disponíveis, é relevante para assegurar mais efetividade às ações de combate a COVID-19.

2.4.3. Acompanhamento da aquisição de medicamentos para intubação de pacientes da COVID-19:

Os Estados relataram dificuldades para adquirir medicamentos usados na intubação em pacientes com Covid-19. Entre os motivos da dificuldade estão a alta demanda no mercado e os altos preços. O tema foi objeto da Audiência Pública da Comissão, realizada em 13 de agosto de 2020. Em resposta aos Parlamentares o Ministro da Saúde Eduardo Pazuello informou que, em 12 de agosto, foi homologado um processo de pregão via Sistema de Registro de Preços (SRP) e que os Estados já estariam aderindo às atas e comprando das empresas. Propõe-se o monitoramento dessa importante atuação para que seja evitada novas faltas de medicamentos.

2.5. CONCLUSÃO

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Como sugestão, salienta-se a necessidade de ampliação do sistema SIAFI, o que pode ser levado a efeito com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.171/2020.

Destaca-se, também, a esclarecedora presença do Ministro Interino da Saúde, em 13 de agosto de 2020, na Comissão Mista COVID19. O Ministro detalhou a

⁴ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448997&ori=1>

⁵ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/31/mes-de-julho-bate-recorde-de-aco-es-na-justica-por-leitos-de-uti-no-df.ghtml>

utilização das verbas recebidas pelo Ministério da Saúde na LOA 2020 e delineou diversas atividades desenvolvidas pelo mencionado Ministério.

Apesar da supracitada atuação, durante audiência pública os Parlamentares destacaram que se faz necessário a continuidade do apoio do Ministério da Saúde, durante todo período da pandemia, para aquisição de *commodities*, ou seja, de medicamentos que são usados em todo o Brasil para tratar e intubar pacientes da Covid-19, pois quando o ministério centraliza o processo de compra, o preço fica menor e a logística mais eficaz.

Parlamentares também alertaram o Ministro da Saúde quanto à necessidade de apoio financeiro aos serviços de hemodiálise no País, que atendem a população pelo Sistema Único de Saúde – SUS. A Deputada Carmem Zanotto –destacou que esses serviços estão tendo um maior custo em função da necessidade de EPIs para a proteção dos pacientes e dos trabalhadores durante a pandemia, com o afastamento dos profissionais infectados pela COVID-19 e com medicamentos fundamentais para a realização da terapia renal. A Deputada, juntamente com o Senador Esperidião Amin e a Deputada Angela Amin, solicitaram ao Ministro a edição de uma portaria que assegure aporte emergencial para a rede de serviços especializados de Nefrologia.

3. Sub-Relatoria Ministério da Economia

3.1. Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 512 bilhões em 10/8/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 277,2 bilhões (54,1% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados por tipo de crédito.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

R\$ milhões							
TIPO DE CRÉDITO	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	jul/20	AGO/2020*
Créditos Extraordinários							
Dotação	11,3	8.530,7	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8
Pago	0,1	1.038,4	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.715,2	277.124,4
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	54,2%
Créditos Iniciais							
Dotação	0,0	0,0	194,3	253,6	327,5	690,1	690,9
Pago	0,0	0,0	2,0	8,0	23,7	56,6	80,9
% Execução	0,0%	0,0%	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	11,7%
Total							
Dotação	11,3	8.530,7	253.033,8	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.964,8
Pago	0,1	1.038,4	60.443,8	113.801,8	211.001,8	273.771,8	277.205,3
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	54,1%

* Data da última extração do SIAFI: 10/8/2020

Cabe registrar que dotação total apresentada nesta oportunidade, de R\$ 512 bilhões, é superior em R\$ 2 bilhões à informada no Boletim Semanal nº 9. Essa diferença decorre da Medida Provisória nº 994, de 6 de agosto de 2020, que abriu crédito extraordinário em favor da Fundação Oswaldo Cruz, no valor de R\$ 1.994.960.005. De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a referida medida, o crédito aberto tem por objetivo viabilizar a produção e disponibilização de possível vacina para a imunização da população brasileira contra o novo coronavírus.

A Tabela 2, por sua vez, detalha a execução financeira dos créditos extraordinários em nível de ações.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

R\$ milhões			
Ações orçamentárias	Autorizado	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240,0	167.654,8	65,9%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189,5	30.074,5	50,0%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641,6	20.090,4	38,9%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	46.780,8	22.964,6	49,1%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000,0	3.910,0	11,5%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000,0	5.000,0	25,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000,0	9.864,3	61,7%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	15.900,0	15.900,0	100,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000,0	388,5	7,8%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037,6	369,3	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000,0	0,0	0,0%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	900,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320,1	7,7	2,4%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43,1	0,0	0,0%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23,0	0,0	0,0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	0,2	1,2%
Total	511.273,8	277.124,4	54,2%

Data da última extração do SIAFI: 10/8/2020